



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141002 - PR (2021/0005303-8)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : FERNANDA DA SILVA BORGES (PRESO)
ADVOGADO : VIVIAN REGINA LAZZARIS - PR049190
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
CORRÉU : JHONATAN DUARTE MOREIRA
CORRÉU : ANDRE ROCHA DOS SANTOS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por FERNANDA DA SILVA BORGES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (N. 0071185-82.2020.8.16.0000).

A prisão preventiva da recorrente foi decretada pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas. Contra tal decisão foi impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem e a ordem foi denegada, daí a insurgência.

Sustenta que o crime supostamente praticado não é grave e o fato de a paciente ser mãe de filha de 1 ano e 5 meses de idade e lactante lhe garante o direito à prisão domiciliar. Alega que "FERNANDA faz jus a requerida substituição, tendo em vista que se enquadra nos requisitos impostos pela legislação, uma vez que sua presença é indispensável para sua filha" (fl. 99).

Requer, em pedido liminar e no mérito, seja concedida à paciente prisão domiciliar em substituição à prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Não obstante o disposto no art. 318 do Código de Processo Penal e a decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo n. 143.641/SP, consta dos autos que o tráfico era realizado pela agente na mesma residência dos filhos menores, hipótese que suscita divergências na jurisprudência e que, segundo alguns julgados do STJ, pode configurar situação excepcional que justifique a negativa da pretensão de substituição da prisão preventiva por domiciliar.

Assim, por ora, é recomendável o indeferimento do pedido, reservando-se ao ministro relator e ao respectivo colegiado a análise mais aprofundada da matéria.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente